

Proposta que reajusta as aposentadorias veio com erro

O projeto de conversão que define o reajuste das aposentadorias acima de um salário mínimo foi aprovado na Câmara com uma discrepância de índices: 7,72% em um artigo e 7% em outro. O presidente do Senado, José Sarney, acredita que o relator na Casa terá que dar uma solução. **2**

Senadores lembram Abolição da Escravatura **4**

CRE aprova embaixadores na Dinamarca e Guatemala

Os diplomatas José Roberto de Almeida Pinto (Guatemala) e Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão (Dinamarca) receberam aprovações unânimes na reunião da CRE, ontem. **3**

Visita de Lula ao Irã gera debate em comissão

Proposta de que a CRE aprovasse voto de sucesso ao presidente Lula em seu encontro com Mahmoud Ahmadijad gerou polêmica e não foi votada. O voto recomendaria a defesa da tese de que o Irã tem direito à energia nuclear, mas só com fins pacíficos. **3**

Projeto Ficha Limpa entra na pauta de quarta-feira da CCJ



Presidente do Senado, José Sarney, afirma que é aspiração nacional a votação do projeto, defendida em Plenário por Mário Couto e Alvaro Dias

O projeto Ficha Limpa, aprovado na terça-feira pela Câmara dos Deputados, pode ser votado na CCJ do Senado já na quarta-feira. A proposta proíbe candidaturas de quem

tem condenações em segunda instância em crimes graves e torna mais rígidas outras regras de inelegibilidade. A informação foi dada ontem pelo presidente da comissão, senador Demostenes Torres. **3**

Demostenes diz que o projeto Ficha Limpa tem oponentes e acha possível que sejam feitos pedidos de vistas ou de realização de audiências públicas para protelar a votação na CCJ



José Roberto de Almeida Pinto (E), senador Eduardo Suplicy e Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, durante a sabatina dos dois diplomatas na CRE

Regulamentação da Lei de Filantropia deve sair este mês



O anúncio foi feito, em seminário de duas comissões do Senado, pelo assessor da Presidência da República Diogo de Sant'Ana. Ele disse que, a partir da publicação do decreto, a certificação das entidades filantrópicas voltará a ser feita com rapidez. O senador Fávio Arns afirmou que é preciso valorizar o terceiro setor do país. **2**

No debate promovido pela CAS e CE, Diogo de Sant'Ana, João Paulo Bachur, senadora Marisa Serrano e Cláudia Sabóia.

Projeto enviado pela Câmara para discussão pelos senadores cita dois índices diferentes (7% e 7,72%) para os reajustes dos benefícios da Previdência Social

Erro técnico e MPs dificultam votação do reajuste das aposentadorias

A VOTAÇÃO NO Senado do projeto que reajusta as aposentadorias e pensões com valor acima de um salário mínimo enfrenta outro obstáculo, além do bloqueio da ordem do dia por três medidas provisórias (MPs) e da dificuldade regimental de se inverter a pauta para priorizar a votação da proposta: um erro técnico em sua redação.

A proposta (PLV 2/10) chegou ao Senado na terça-feira com uma contradição: o artigo 1º define em 7,72% o reajuste dos benefícios da Previdência Social, mas o artigo 2º corrige em apenas 7% o limite máximo do salário de contribuição, fixado em R\$ 3.444,22.

A divergência causaria perda de arrecadação da Previdência, porque os salários mais altos passariam a contribuir sobre o limite de R\$ 3.444,22, e não R\$ 3.467,40 (o valor correto, caso fossem aplicados os 7,72%).

No entanto, o teto para a

contribuição é igual à maior aposentadoria paga pelo INSS. Assim, ainda que um aposentado tivesse o direito de receber os R\$ 3.467,40, em função do reajuste de 7,72%, acabaria recebendo o benefício com R\$ 23,18 a menos, em razão do teto.

A diferença decorre de um problema: os deputados aprovaram uma emenda com o percentual de 7,72% ao projeto de lei de conversão do líder do PT na Câmara, Cândido Vaccarezza (SP), que havia aceito 7% para as aposentadorias. Na guerra dos índices, a emenda foi acolhida, mas o novo percentual não se aplicou ao salário de contribuição e ao salário de benefício, no artigo seguinte.

Outra surpresa para os aposentados será a tabela de aplicação do reajuste de 7,72%. Caso a proposta venha a ser aprovada, o percentual inteiro só será aplicado às aposentadorias concedidas até fevereiro de 2009.

Para Sarney, é impossível apressar análise do projeto

O presidente do Senado, José Sarney, descartou a possibilidade de inversão da pauta para colocar como prioridade o projeto das aposentadorias. Ele explicou que, pela Constituição e pelo Regimento Interno, o PLV 2/10 terá de obedecer à ordem de chegada ao Senado. Na pauta de votações do Plenário, há três medidas provisórias na frente do PLV.

– Antes de votá-lo, nós temos que desobstruir a pauta – disse.

Sarney afirmou que tem o compromisso de fazer votar esse projeto, apesar das dificuldades impostas pelo erro técnico ocorrido na Câmara. Para o presidente, a questão terá que ser resolvida pelo relator da matéria no Senado, o qual ainda não foi indicado.



Sarney diz que Constituição e Regimento Interno impedem inversão da pauta



No debate promovido por duas comissões, Diogo de Sant'Ana, João Paulo Bachur, do MEC, e senador Flávio Arns

Lei de Filantropia: regulamentação sai este mês

A nova Lei de Filantropia – que altera a forma de certificação das entidades que podem ser beneficiadas com isenções tributárias – vigora desde o final do ano passado, mas ainda precisa ser regulamentada. Segundo Diogo de Sant'Ana, assessor do Gabinete da Presidência da República, o governo deve publicar um decreto com essa regulamentação “até o final deste mês, no máximo”.

Sant'Ana foi um dos convidados do seminário que o Senado promoveu ontem a pedido do senador Flávio Arns (PSDB-PR). Entre as inovações da lei e do decreto que vai regulamentá-la, o assessor destacou a mudança no processo de certificação, que antes era feita pelo Conselho Nacional

de Assistência Social (CNAS), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Com a nova legislação, a certificação ficará com três áreas: saúde, educação e assistência social, sob a responsabilidade dos respectivos ministros.

Sant'Ana reconheceu que, com a falta da regulamentação da Lei 12.101/09, os processos de certificação “deram uma parada”, mas assegurou que, a partir do decreto, a certificação voltará a ser feita com rapidez.

Por sua vez, Flávio Arns declarou que, “sem a regulamentação, praticamente nada vem acontecendo em termos de certificação desde o final do ano passado”. O senador disse que “não se deseja, em hipó-

tese alguma, qualquer tipo de falcaturia”, referindo-se a uma das principais causas da criação da nova lei. Mas ressaltou que “a maioria dessas entidades faz um trabalho extraordinário e precisa de critérios [de certificação] claros e objetivos, que possam cumprir”.

– É preciso valorizar o terceiro setor do país, que muitas vezes atende a população em situações onde não aparece o poder público – defendeu.

Como exemplo, Arns citou a Pastoral da Criança. Observou que, se cada voluntário dessa entidade recebesse um salário mínimo mensal, seria gasto R\$ 1,5 bilhão a cada ano.

O seminário foi realizado pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Arquidiocese de Brasília recebe homenagem hoje

O Senado e a Câmara dos Deputados realizam hoje sessão solene conjunta, às 14h, no Plenário do Senado, para celebrar o jubileu de ouro da Arquidiocese de Brasília e o 16º Congresso Eucarístico Nacional.

Neste ano, a Arquidiocese de Brasília completou 50 anos, juntamente com a capital federal. Sua implantação foi comandada pelo então arcebispo de Goiânia, dom Fernando Gomes dos Santos.

A Arquidiocese de Brasília abrange o território do Distrito Federal: são 122 paróquias, 339 padres, 507 religiosos e religiosas e 69 diáconos permanentes.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Discursos de senadores

9h O Plenário reúne-se em sessão não deliberativa. Sem a votação de projetos, é destinada a debates dos parlamentares e a comunicados da Mesa.

Congresso Congresso Eucarístico Nacional

14h O Congresso realiza sessão solene, no Plenário do Senado, para celebrar o Jubileu de Ouro da Arquidiocese de Brasília e o 16º Congresso Eucarístico Nacional.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Augusto Botelho • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cintia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Aprovados embaixadores para Guatemala, Dinamarca e Lituânia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou por unanimidade as indicações dos diplomatas José Roberto de Almeida Pinto, para dirigir a embaixada brasileira na Guatemala, e Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, para exercer o cargo de embaixador junto à Dinamarca e, cumulativamente, à Lituânia. As mensagens presidenciais, relatadas na CRE respectivamente por Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), serão votadas ainda em Plenário.

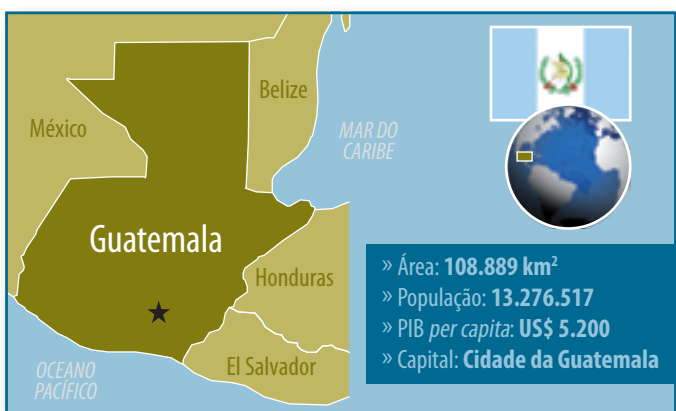
Mestre em Literatura pela Universidade de Brasília, Almeida Pinto explicou que a Guatemala desenvolve projetos na área social inspirados em experiências brasileiras e enfrenta grandes desafios, como uma aguda disparidade de renda e dificuldades na área de segurança pública decorrentes da violência do narcotráfico e do crime organizado. Acrescentou que as relações da Guatemala com o Brasil

têm-se caracterizado por um "dinamismo notável". Se tiver seu nome aprovado, pretende, entre outras atividades, valorizar os mecanismos de consulta e coordenação entre Brasil e Guatemala e incentivar as relações educacionais e culturais, que deverão ser intensificadas com a criação do Centro de Estudos Brasileiros na embaixada.

Gonçalo Mourão disse que a Dinamarca é o 24º país do mundo em PIB *per capita* e o 24º maior investidor no Brasil. Se aprovado, pretende empenhar-se em favor da atração de investimentos dinamarqueses para o Brasil, do fortalecimento do intercâmbio cultural, do aumento do turismo dinamarquês no Brasil e da atenção à comunidade brasileira naquele país – em torno de 2.500 pessoas. Em relação à Lituânia, o diplomata destacou que o Brasil abriga a segunda maior comunidade de lituanos fora de seu país, que vivem sobretudo em São Paulo.

Guatemala

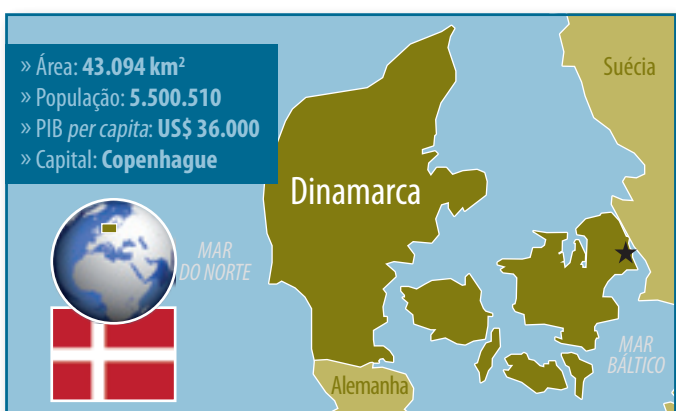
A Guatemala tem mais de 13 milhões de habitantes, a maior população da América Central



Fonte: CIA World Factbook

Dinamarca

Déficit que o Brasil tem no comércio com a Dinamarca é de US\$ 100 milhões



Fonte: CIA World Factbook

Passa na CRE acordo com a Rússia sobre cooperação técnico-militar

A CRE aprovou ontem voto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) favorável ao projeto de decreto legislativo (PDS 34/10), com o texto do acordo entre os governos do Brasil e da Rússia sobre cooperação técnico-militar.

Na exposição de motivos sobre o acordo, o Ministério das Relações Exteriores informa que o objetivo é promover a cooperação técnico-militar entre os dois países nos campos da pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico, aquisição de produtos e serviços de defesa, treinamen-

to profissional, intercâmbio de pessoal docente e discente, visitas recíprocas e encontros voltados para a realização de programas conjuntos e outras áreas técnico-militares.

Segundo Eduardo Suplicy, o acordo se adapta à Estratégia Nacional de Defesa do governo federal, "em que há interesse no desenvolvimento da indústria bélica brasileira para efeitos de reequipamento das Forças Armadas e fomento da indústria e da tecnologia de produção nacional".

Visita ao Irã causa polêmica em reunião

A visita do presidente Lula ao Irã neste fim de semana gerou, ontem, um debate na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A tentativa do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que presidia a reunião, de aprovar voto de sucesso a Lula no encontro com Mahmoud Ahmadinejad acabou sendo frustrada porque o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) argumentou que não havia quórum para a votação de matérias.

Foi o senador Pedro Simon (PMDB-RS) que iniciou o assunto, ao defender a política brasileira em relação ao Irã. Suplicy sugeriu, então, a Simon que formalizasse um requerimento incluindo a recomendação a Lula para que defendesse a tese de que o Irã tem o direito à energia nuclear, mas somente para fins pacíficos.

Flexa Ribeiro, que já havia deixado a reunião, voltou para impedir a votação e lembrou que o assunto era polêmico.

Suplicy sugere agenda de temas a Lula

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o presidente Lula deverá dizer ao presidente Mahmoud Ahmadinejad, com quem estará no final de semana, que o Irã tem o direito de usar a energia nuclear, desde que o faça com fins pacíficos.

Suplicy também defendeu que Lula ouça os apelos daquelas pessoas que são perseguidas pelo regime de Teerã por lutarem em defesa dos direitos humanos e da plena liberdade de expressão.

O senador citou o caso de uma juíza iraniana expulsa de seu país após a revolução islâmica de 1979. Shirin Ebadi, que hoje vive exilada na Europa e foi agraciada com o Nobel da Paz, em 2003, fez um apelo a Lula para que cobre explicações do governo do Irã sobre violação de direitos humanos, incluindo a execução recente de adversários do regime.

Anúncio foi feito pelo presidente da comissão, Demostenes Torres. Ele admite, porém, que pode haver pedido de vistas

Ficha Limpa entra na pauta da CCJ já nesta quarta-feira

O PROJETO FICHA Limpa será o primeiro item da pauta de votações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na próxima quarta-feira. A notícia foi dada ontem pelo presidente da comissão, senador Demostenes Torres (DEM-GO), que será o relator da matéria na CCJ.

A proposta, aprovada na terça-feira pela Câmara, impede a candidatura de políticos condenados pela Justiça em segunda instância por crimes como corrupção, abuso de poder econômico, homicídio e tráfico de drogas. Também amplia os casos de inelegibilidade e unifica em oito anos o período durante o qual o candidato ficará inelegível. Atualmente, a inelegibilidade é aplicada somente para condenações já transitadas em julgado e os prazos variam de 3 a 8 anos.

Em entrevista à Agência Senado nesta quinta, Demostenes disse que não vai fazer qualquer alteração no projeto de iniciativa popular.

– Como não haverá prazo para apresentação de emendas na CCJ, mas somente na votação em Plenário, o projeto está em perfeitas condições de ser votado e aprovado na próxima quarta – afirmou Demostenes.

O senador esclareceu que, regimentalmente, poderá haver pedido de vistas ou mesmo de audiência



Cristino Gallo

Demostenes: projeto é prioridade do partido, mas muitos vão tentar barrá-lo

pública para instruir a proposta, e não duvida dessa possibilidade.

– Muitos vão tentar barrar esse projeto, mas ele é prioridade do partido e da Casa. Aqueles que tentarem se opor a ele vão usar o regimento para isso. Mas acredito que esse projeto tem grandes chances de ser aprovado, porque há pressão popular para isso – afirmou o parlamentar.

Para presidente do Senado, projeto é necessidade e aspiração nacional

O presidente do Senado, José Sarney, considera a votação do projeto Ficha Limpa, que impede a candidatura do político condenado em decisão colegiada ainda não definitiva, uma necessidade e uma aspiração nacional. Ele disse que a questão não é partidária, mas da consciência de cada um.

– Vou convocar os líderes, de

modo que votemos isso com a maior urgência, para que possa valer para estas eleições. É uma garantia para o político e uma garantia para o povo todo mundo saber em quem está votando e que todos os candidatos são pessoas que merecem a confiança do país. Ou pelo menos saber que nada existe contra eles.



Waldemir Barreto

Mário Couto defende o fim do voto secreto

Mário Couto (PSDB-PA) disse ontem que a moralização do Congresso depende não apenas da aprovação do projeto Ficha Limpa, mas também da aprovação das propostas que põem fim às votações secretas no Parlamento.

– Por que temos que esconder nosso voto da população? – questionou o senador, que também denunciou irregularidades em reformas de 88 escolas e o estado precário de estradas no Pará.



Waldemir Barreto

Alvaro: depende de Lula aprovação rápida de proposta

Está nas mãos do presidente Lula a aprovação do projeto Ficha Limpa a tempo de valer para as eleições deste ano, afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR).

O senador sugeriu que o governo retire o regime de urgência constitucional dos quatro projetos que regulamentam a exploração de petróleo e gás na camada pré-sal e que se dê urgência regimental ao projeto Ficha Limpa como forma de garantir a sua vigência ainda este ano.

Senadora elogia projeto de certificar, com um selo a ser lançado pelo governo, estados e municípios que incluírem o estudo da história africana nos currículos escolares

Marisa Serrano destaca ações para afrodescendentes

MARISA SERRANO (PSDB-MS) assinalou o transcurso, ontem, dia 13 de maio, dos 122 anos da Lei Áurea e relacionou ações afirmativas para afrodescendentes no Brasil. A senadora também lamentou que ainda haja trabalho escravo no Brasil e que suas vítimas sejam majoritariamente pessoas negras e pardas.

Ao citar o Instituto Luther King, de Campo Grande, que oferece curso pré-vestibular para brancos e negros e foi criado pelo juiz aposentado Alexio Paraguassú Filho, a senadora disse que o juiz é “um grande ícone” de seu estado, “nosso Mandela pantaneiro”.

O Prêmio Educar para a Igualdade Racial, promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, já em sua quinta edição, também foi mencionado.

Marisa Serrano exaltou a intenção de se formar 6,7 mil pessoas no curso gratuito de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça. O curso será desenvol-

vido por 18 universidades federais, em parceria com ministérios e outras instituições, inclusive privadas.

Ela também destacou o selo que certificará municípios e estados que incluírem a história africana nos currículos escolares, a ser lançado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República no final de maio. Para incentivar o cumprimento da medida, informou, a secretaria fez um acordo com universidades públicas para viabilizar a criação de núcleos de estudos afro-brasileiros, que vão preparar professores para lecionar a história africana.

Outra iniciativa da secretaria é a criação do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a



Senadora ressalta instituições e órgãos de governo cuja ação está focada no apoio aos afrodescendentes

Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, criado em junho do ano passado. O plano, que abrange todos os níveis de ensino, visa, entre outras coisas, ampliar o atendimento a crianças e jovens negros em escolas e universidades; assegurar a formação de professores; incentivar pesquisas; e incluir questões sobre a história africana no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Mão Santa exalta a escrava piauiense Esperança Garcia

No aniversário de 122 anos da Abolição da Escravatura, o senador Mão Santa (PSC-PI) exaltou a escrava piauiense Esperança Garcia. Ela se rebelou contra os maus tratos de seu feitor e escreveu ao governador da capitania do Maranhão, relatando seus sofrimentos e pedindo para voltar à fazenda onde havia trabalhado, pois fora separada do seu marido. Ela argumentou ainda que isso lhe permitiria confessar e batizar sua filha.

– Ela fez isso em 1770, muito antes da princesa Isabel assinar a Lei Áurea. Ela foi a primeira escrava a redigir uma petição denunciando maus tratos que sofria. Foi muita coragem, muita revolta. Ela estava em uma fazenda que fica no atual

município de Nazaré do Piauí – afirmou.

Mão Santa acrescentou que hoje o hospital de Nazaré leva o nome da escrava e uma lei determina que o Dia Estadual da Consciência Negra seja comemorado no dia 6 de setembro, data em que Esperança Garcia assinou sua petição. O senador observou que ela sabia ler, lembrando que na época era proibido “ensinar a leitura aos escravos”, o que poderia levar à cadeia quem descumprisse a determinação.

Mão Santa leu trechos de uma entrevista do historiador e antropólogo Luiz Mott, que descobriu a petição. O senador também leu a íntegra da petição da escrava, onde ela sustenta que se transformara em um “colchão



Para Mão Santa, ela demonstrou coragem ao enfrentar a opressão

de pancadas” pelo feitor e que havia ainda agressão a crianças.

Conforme o senador, ela se encontrava em uma das fazendas dos jesuítas que haviam sido transferidas, um ano antes, à administração governamental depois que o Marquês de Pombal, ministro de Portugal, determinara a expulsão dos jesuítas do Brasil.

Valter Pereira lembra epopeia dos heróis abolicionistas

Também lembrando que ontem se comemorava a data da Abolição da Escravatura, Valter Pereira (PMDB-MS) disse que, com “a colonização lusa que protagonizou os horrores da escravidão na história do nosso país”, paradoxalmente se deu o início da miscigenação do povo brasileiro, de “extraordinária índole”.

– Nas adversidades do perverso regime abolido em 1888, os negros revelaram sua determinação e, sobretudo, a sua coragem. Foi a luta dos negros por sua liberdade uma verdadeira epopeia. Mas a solidariedade de brancos, minoritários, é verdadeira, durante muito tempo, teve relevante papel na campanha abolicionista – destacou.

O senador lembrou nomes de “poetas, escritores e militantes da abolição e tantos outros, negros e brancos, que se irmaram” na luta contra a escravidão no Brasil, como Castro Alves, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Rui Barbosa, André Rebouças, Teodoro Sampaio e Zumbi dos Palmares.

– Mais de 60 milhões de negros foram arrancados da África para se tornarem escravos em outros países. Calcula-se que só o Brasil recebeu cerca de 3,5 milhões deles ao longo de 300 anos desta prática desumana. Ao homenagear os negros nesta efeméride tão importante, não só para eles, mas para toda a comunidade brasileira, nós não podemos deixar de realçar a



Valter diz que miscigenação originou um povo de extraordinária índole

participação importante que eles têm em todos os segmentos da sociedade – disse.

Valter Pereira citou o senador Paulo Paim, o ex-senador Abdias Nascimento, o ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa e o ministro dos Esportes, Orlando Silva, para homenagear, na figura deles, “todos os negros brasileiros”.

Acir Gurgacz pede liberação de áreas para cultivo na Amazônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu a introdução no projeto do novo Código Florestal Brasileiro – em discussão na Câmara dos Deputados – de dispositivos que autorizem o cultivo agrícola de áreas



Acir Gurgacz

da região amazônica que vêm sendo utilizadas para plantio há vários anos.

Tais espaços, denominados como “de uso humano consolidado”, passaram a ser considerados pela atual legislação ambiental como áreas de preservação permanente (APPs); na região amazônica, o Código Florestal autoriza o aproveitamento agrícola de apenas 20%

das propriedades rurais, sendo o restante destinado à preservação.

O senador alertou para a importância da manutenção das áreas de produção de alimentos no país. Qualquer re-

dução estaria, em sua opinião, na contramão da necessidade crescente de produção para suprir a demanda do aumento da população mundial.

Em aparte, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou o tratamento dado pelo governo federal à Amazônia, ao impor restrições ambientais para a atividade agrícola mais severas do que para outras regiões do país.

Zambiasi defende redução de juros cobrados pelo Fies

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), relator na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do



Sérgio Zambiasi

projeto que reduziu os juros cobrados pelo Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), defendeu da tribuna a aprovação do PLS 539/09, que corrige a situação dos antigos devedores.

A partir de 2010, a taxa de juros, que era de 6,5% ao ano, caiu para 3,5% para todos os cursos. O saldo devedor dos contratos já firmados também será reajustado pela nova taxa.

Segundo Zambiasi, o Fies já alcançou 100 mil novos inscritos e o projeto de lei – já pronto para ser votado no Plenário – “corrige injustiças do passado”.

Augusto lamenta estragos da chuva em Boa Vista

Augusto Botelho (PT-RR) lamentou os estragos provocados pela chuva na cidade de Boa Vista na última quarta-feira. Ele destacou pedido da Defesa Civil para que a população evitasse sair de casa, de modo a diminuir trans-



Augusto Botelho

tornos no trânsito em razão da chuva, considerada a mais forte a cair sobre a capital de Roraima nos últimos 14 anos.

– Em menos de 12 horas, choveu no estado de Roraima o esperado para chover em todo o mês de maio. Em alguns bairros, o nível da água atingiu a cintura dos moradores – disse o parlamentar.

Paraense assume entidade nacional, diz José Nery

O senador José Nery (PSOL-PA) elogiou a posse do promotor paraense César Bechara Nader Mattar Júnior na presidência da Associação



José Nery

Nacional dos Membros do Ministério Público, em 30 de abril.

Mattar Júnior foi por duas vezes consecutivas presidente da associação estadual da categoria e é o primeiro paraense à frente da entidade nacional. Ele fica no cargo até 2012.

No mesmo discurso, Nery classificou de “tentativa de intimidação” a reclamação disciplinar feita pela Advocacia-Geral da União junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) contra o procurador Rodrigo Timóteo da Costa e Silva e o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará Raimundo de Jesus Coelho de Moraes.

Neuto De Conto condena redução de comissões

Neuto De Conto (PMDB-SC) manifestou estranheza em relação aos estudos para remodelar o Senado, que tratam do enguamento



Neuto De Conto

e da redução de várias comissões técnicas da Casa. Ele lamentou que esteja prevista a extinção da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

– Somente a agricultura tem maior desenvolvimento neste momento que o turismo, que coloca o Brasil como a 13ª nação no ranking – observou.

O senador ainda homenageou a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pela realização do 16º Congresso Eucarístico Nacional, em Brasília.